



ACÓRDÃO Nº 402/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1652/2014.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus – SRMM
- 4- **Exercício:** 2013
- 5- **Responsável:** Marcelo Gomes de Oliveira (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Priscila Lima Monteiro – OAB/AM nº 5901, Igor de Mendonça Campos - OAB/AM nº A766, Raphael Heinrich Barbosa de Oliveira - OAB/AM nº 5.885, André Luiz Guedes da Silva - OAB/AM n.º 5261, Vasco Pereira do Amaral - OAB/SP n.º 28.837, Americo Gorayeb Neto - 3923, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM n.º 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM n.º 4.331, Tabatta Lorena Coelho Guimarães - 7789 e Juarez Frazão Rodrigues Junior - OAB/AM N. 5851.
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6.603/2018-DMP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus – SRMM. Exercício de 2013.

Regularidade. Regularidade com ressalvas. Multa. Quitação. Determinação. Recomendação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com fundamento no art. 23 da Lei n.º 2.423/96, a Prestação de Contas do **Sr. René Levy Aguiar**, gestor da Secretaria da Região Metropolitana de Manaus, exercício de 2013;

10.2. Julgar regular com ressalvas com fulcro no art. 24 da Lei n.º 2.423/96, a Prestação de Contas do **Sr. Marcelo Gomes de Oliveira**, ordenador de despesas da Secretaria da Região Metropolitana de



ACÓRDÃO Nº 402/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Manaus, no curso do exercício 2013, em virtude das irregularidades não sanadas a seguir descritas:

10.2.1. Contrato n.º 0012/2013/SRMM (ausência de justificativas de preços de serviços discriminados nas tabelas 3, 4, 5, 6 e 7 da notificação n.º 64/2014-DICOP, ausência de orçamento analítico sobre a composição dos percentuais de encargos sociais em 82,47% e BDI em 25%, ausência de anotação de responsabilidade técnica do profissional incumbido de elaborar projeto básico conforme exigência da Lei n.º 6496/77, existência de cláusula em edital de licitação restringindo caráter competitivo e ausência de justificativas de como seria realizadas as contratações de profissionais em caso de extrapolação do prazo contratual inicialmente previsto);

10.3. Aplicar Multa com fundamento no art. 53, parágrafo único, da Lei n.º 2.423/96 c/c art. 308, VII, do RI-TCE/AM, ao **Sr. Marcelo Gomes de Oliveira** no valor de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais), em virtude das impropriedades descritas no item 2 deste dispositivo. O valor da condenação deverá ser recolhido no prazo de **30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.4. Dar quitação com fundamento no art. 23 da Lei n.º 2.423/96, ao **Sr. René Levy Aguiar** e aos demais jurisdicionados que não sofreram condenação em virtude do julgamento deste feito;

10.5. Determinar à atual gestão da Secretaria de Estado da Região Metropolitana de Manaus que:

10.5.1. Exija dos profissionais de engenharia a apresentação imediata de anotação de responsabilidade técnica;

10.5.2. Antes de homologar as licitações desenvolvidas pela SRMM, **verifique** se todas as peças exigidas pela Lei n.º 8.666/93 instruem os respectivos certames;

10.5.3. Instrua as licitações visando à consecução de serviços de recuperação de vias com as peças descritas na Resolução n.º



ACÓRDÃO Nº 402/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

27/2012-TCE/AM cujo conteúdo tem por objetivo orientar a administração estadual no tocante ao desenvolvimento de obras ou serviços de engenharia;

10.5.4. Observe, com mais afinco, a Lei n.º 10.520/2002 e a Resolução n.º 1.402/2012 - CFC;

10.6. Recomendar ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Amazonas que providencie, observando as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, melhorias no quadro de pessoal da Controladoria Geral do Estado - CGE/AM, a fim de que essa possa desenvolver adequadamente suas funções constitucionais de controle interno da administração direta e indireta estadual, evitando-se, dessa forma, os questionamentos observados na prestação de contas da SRMM, sob responsabilidade do **Sr. René Levy Aguiar**, gestor e do **Sr. Marcelo Gomes de Oliveira**, ordenador de despesas;

10.7. Dar ciência do desfecho atribuído a esta Prestação de Contas Anuais:

10.7.1. Ao **Sr. René Levy Aguiar**, gestor da SRMM ao longo do exercício de 2013;

10.7.2. Aos patronos do **Sr. Marcelo Gomes de Oliveira**, ordenador de despesas da SRMM ao longo do exercício de 2013;

10.7.3. Aos patronos do **Sr. Luiz Filho Silva Borges**, **Sr. Sandro Kleber Seixas Falcão** e do **Sr. Stradivarius Pereira de Oliveira**, fiscais de contrato da SRMM ao longo do exercício de 2013;

10.7.4. À atual gestão da **Secretaria de Estado da Região Metropolitana de Manaus**;

10.7.5. Aos patronos da empresa **EMAM Emulsões e Transporte Ltda.**;

10.7.6. Aos patronos da empresa **MCW**;

10.7.7. Aos patronos da empresa **PR Construções e Terraplenagem Ltda.**;

10.7.8. Aos patronos da **Construtora Soma Ltda.**

11- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 21 de Maio de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Mario Manoel Coelho de Mello.

13.1. Declaração de Impedimento: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho (art. 65 do Regimento Interno).



ACÓRDÃO Nº 402/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13.2. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza,
Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral